

PERSPECTIVAS DECOLONIAIS NO ENSINO DA GEOGRAFIA: RESENHA CRÍTICA DE UM LIVRO DIDÁTICO

Juliana Santos Lopes

Bacharel em BI de Humanidades - UFBA; Formada em Psicologia - UFBA; Mestranda no Programa de Estudos Étnicos e Africanos, Pós-Afro -UFBA; Rua Professor Severo Pessoa,45- Federação, Salvador, Bahia, Brasil; E-mail: juli_lopess@hotmail.com

Olívia dos Santos Nascimento

Doutoranda em Estudos Étnicos e Africanos- Pós-Afro-UFBA; Mestre em Cultura e Sociedade- IHAC-UFBA; Bacharela Interdisciplinar em Humanidades - IHAC-UFBA; Bacharelada em Direito- FDUFBA-UFBA; Rua Severo Pessoa, 170, Federação, Salvador, Bahia, Brasil; E-mail: olivia_estrela@msn.com

RESUMO: A decolonialidade é uma perspectiva advinda de um movimento iniciado por pensadores latino-americanos que objetiva romper padrões pré-estabelecidos a partir de uma lógica eurocêntrica, que ao longo de séculos incorporou-se a várias culturas, através de marcadores socioeconômicos. A partir dessa perspectiva faremos um exercício de pensar a decolonialidade, através da análise do livro didático “Espaço geográfico e globalização”, de João Carlos Moreira e Eustáquio de Sene (2016), incorporado às escolas da rede pública brasileira, para o Ensino Médio. Assim, utilizaremos como base teórica as ideias de alguns pensadores decoloniais como Aníbal Quijano (2005), Milton Santos (2006), Boaventura de Souza Santos (2017), Ângela Davis (1981) e Franz Fanon (1961), por compreender que através dessas bases epistemológicas realizaremos uma melhor análise.

Palavras chaves: Geografia, decolonial, ensino médio, educação, livro-didático;

RESUMEN: La decolonialidad es una perspectiva que surge de un movimiento iniciado por pensadores latinoamericanos que pretende romper patrones preestablecidos desde una lógica eurocéntrica, que a lo largo de los siglos se ha ido incorporando a diversas culturas, a través de marcadores socioeconómicos. Desde esta perspectiva, haremos un ejercicio de pensamiento sobre la decolonialidad, a través del análisis del libro de texto “Espacio Geográfico y Globalización”, de João Carlos Moreira y Eustáquio de Sene (2016), incorporado a las escuelas públicas brasileñas, para la Enseñanza Media. Así, utilizaremos como base teórica las ideas de algunos pensadores decoloniales como Aníbal Quijano (2005), Milton Santos (2006), Ângela Davis (1981), e Franz Fanon (1961), entendiendo que a través de estas bases epistemológicas realizaremos un mejor análisis.

Palabras chave: Geografía, decolonial, bachillerato, educación, libro de texto;

INTRODUÇÃO

Os livros didáticos são instrumentos pedagógicos cuja finalidade é promover o ensino à aprendizagem, de maneira que os alunos compreendam o mundo em que eles vivem, através de referenciais teóricos, correlatos, que norteiam não somente o conhecimento da matéria, mas de maneira dinâmica os conduz a uma leitura de mundo mais sistematizada.

Dessa maneira, o ensino da geografia apresenta-se como grande mediador entre o espaço, a biologia, os fenômenos físicos e a interação humana. Ela não é apenas um emaranhado de mapas, números e coordenadas, a geografia é um todo, é o espaço em que vivemos, considerando territórios, territórios inclusive de identidade, países, continentes e toda dimensão geoespacial. Etimologicamente, a palavra geografia tem origem grega, onde “*geo*” significa terra e “*grafia*” descrição, ou seja, busca-se através de padrões técnicos-científicos descrever a dinâmica espacial da terra.

Nessas circunstâncias, a geografia apresenta-se como disciplina da base curricular brasileira obrigatória, compondo a grande área das ciências humanas e suas tecnologias aduz os Parâmetros Curriculares Nacionais -PCNs. Conforme as orientações curriculares para o ensino médio (2006), editada pelo Ministério da educação:

Os Parâmetros Curriculares para a Geografia têm entre seus objetivos articular o diálogo entre a didática (o pensar pedagógico) e a epistemologia (o pensar geográfico). Ao propor esse diálogo espera-se fortalecer a relação entre o pensar pedagógico e o saber geográfico, favorecendo a reflexão sobre as contradições existentes na prática de sala de aula. MEC-PCN, 2006, p.49

O ensino da geografia desenvolve uma perspectiva interdisciplinar ao possibilitar que o aluno circule por diversas áreas do conhecimento, através de uma abordagem pedagógica que o estimula a perceber o mundo para além das fronteiras da sala de aula. Assim, pensar a geografia enquanto instrumento para as tecer discussões acerca de um ensino decolonial é fundamental para o desenvolvimento de um currículo que pautar as desigualdades sociais, por exemplo, a partir de uma lógica não mecanicista, mais que compreenda o contexto social.

Pressupomos que a Geografia, pelo seu envolvimento interdisciplinar com as demais áreas, deve ser instrumento curricular que possibilite aos sujeitos conhecer, analisar, interpretar e agir na realidade espacial construída e materializada como produto e processo dessas relações sócio naturais. Esse espaço não deve ser visto como recorte da realidade ou apenas como um palco onde as coisas acontecem. Muito além disso, deve ser percebido como lócus de permanente construção,

desconstrução e reconstrução, como processos complexos de vida (e de morte), onde se manifestam conflituosamente forças de natureza social, política, ideológica, econômica, cultural, religiosa, natural, etc. (THIESEN, 2011, p.88)

Assim, o ensino da geografia deve possibilitar ao aluno localizar, compreender e atuar no mundo complexo, problematizar a realidade, formular proposições, reconhecer as dinâmicas existentes no espaço geográfico, pensar e atuar criticamente em sua realidade tendo em vista a sua transformação MEC-PCN (2006).

O livro didático Geografia Geral do Brasil e sua epistemologia colonial

O livro didático escolhido apresenta uma concepção geográfica descritiva e conservadora, pois não aborda o sistema capitalista a partir de uma perspectiva racializada. Este fato, não foi uma surpresa para nós, pois, nos nossos respectivos cursos de graduação, também não observamos um currículo, que compreendesse e levasse em consideração as duas categorias que estão engendradas historicamente nos problemas de classe: Raça e Gênero.

Podemos citar como exemplo os trabalhos de Ângela Davis¹, em seu livro, *Mulheres, Raça e Classe* e o autor Aníbal Quijano², ambos não aparecem no livro didático.

Davis (2006,pág19) aborda a exploração sexual de mulheres negras através do processo de objetificação do corpo negro, e a utilização do mesmo como objeto, no modelo capitalista colonial, e ,posteriormente como mão de obra barata no modelo capitalista liberal :

No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob a ameaça do açoite, essas questões eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo. Nesse sentido a opressão das mulheres negras era idêntica à dos homens negros. (DAVIS,1981)

Explorar os limites de um livro didático, trás a luz questão da produção das diferenças no brasil, o racismo e a condição daqueles que mais são afetados com isto, os sujeitos negros. A maneira como a sua história é representada no livro de geografia escolhido deixa evidente a estrutura de colonialidade de poder, que através deste recorte,

¹ Ângela Davis é uma professora e filósofa socialista estadunidense que alcançou notoriedade mundial na década de 1970 como integrante do Partido Comunista dos Estados Unidos, dos Panteras Negras, por sua militância pelos direitos das mulheres e contra a discriminação social e racial nos Estados Unidos.

² Aníbal Quijano (1930 – 2018) foi um sociólogo e pensador humanista peruano, conhecido por ter desenvolvido o conceito de "colonialidade do poder". Seu corpo de trabalho tem sido influente nos campos dos estudos decoloniais e da teoria crítico.

emerge como condição determinante na educação de negros e brancos no Brasil, não rompendo completamente com os padrões coloniais, uma herança do processo de colonização europeu.

Quijano (2016, pág 2), discorre sobre o conceito de Colonialidade do poder, reivindicando que o sistema capitalista seja examinado a partir de uma perspectiva decolonial, entendendo a categoria Raça, como um mecanismo de poder, e o seu papel para a implementação e manutenção do sistema capitalista, seja a partir do colonialismo, do imperialismo, ou do liberalismo; apenas assumindo uma nova roupagem no que diz respeito a colonização e exploração de corpos negros e indígenas na América Latina.

Podemos compreender que a concepção de geografia que o livro explicita, invisibiliza as questões étnico-raciais que fazem parte do modelo de construção geográfica mundial, tornando-se urgente que perspectivas críticas acerca da estrutura dominante, como os estudos decoloniais, façam parte do ensino da geografia no Brasil.

O objetivo deste artigo é analisar a existência ou não existência de perspectivas decoloniais e/ ou críticas acerca do processo de colonização, no livro didático escolhido.

Análise do livro didático.

Ficha catalográfica do livro didático:

Moreira, João Carlos. Geografia Geral do Brasil: Geografia (Ensino Médio) I. Sene, Eustáquio de. II. Título. Espaço geográfico e globalização\ Ensino Médio\ João Carlos Moreira, Eustáquio de Sene. –3. ed. São Paulo: Scipione, 2016. Obra em 3 v

Estrutura do Livro:

O volume 3 apresenta como principais temas o processo de industrialização, a estrutura das atividades terciárias e a evolução da política econômica no Brasil. São apresentadas também a produção, a distribuição e o consumo de energias renováveis e não renováveis no mundo e no Brasil, associando-as às condições ambientais; as características, os movimentos migratórios, e a estrutura da população mundial e brasileira. O volume é concluído com a abordagem dos aspectos mais importantes da urbanização e da produção agropecuária do mundo e do nosso país. (MOREIRA,2016)

O conceito de espaço geográfico adotado no livro.

Os autores utilizam claramente a noção de espaço geográfico de Milton Santos (2006) considerando o espaço geográfico como “um conjunto formado por sistema de

Periódico Eletrônico Geobaobás, V.7, N.1 (2023), 70:79 - ISSN: 2595-7988

ações e um sistema de objetos, sendo assim, os objetos não podem ser separados das ações, constituindo um conjunto indissociável”. Nesse sentido, o autor considera o espaço geográfico como espaço habitado e transformado pelas ações e atividades humanas. Exemplo disso são as imagens das favelas do Rio de Janeiro exposta no livro, são espaços que a priori, eram espaços de mata, e hoje tornou-se mais que um simples espaço, é um local de moradia, onde vivem em sua maioria pessoas de cor preta ou parda, afrodescendentes que por razões históricas foram relegados à viver às margens da sociedade. Assim, ainda que olhássemos a composição geográfica, não poderíamos realizar qualquer análise mais profunda sem considerar as questões raciais do país. (SANTOS,2006) (MOREIRA,2016)

Considerações sobre abordagem de questões étnico-raciais

A temática, questões étnico-raciais no Brasil é negligenciada pelo livro didático, o máximo de debate crítico que o mesmo aborda é sobre conceitos mais gerais como, relações étnico-raciais; através dos conceitos de etnia, povo, nação e população e mais uma vez conceitos e questões históricas são trabalhadas a partir de uma perspectiva conservadora que ignora a existência da categoria “Raça”, para a compreensão de fenômenos geográficos e sociais. Como podemos observar melhor abaixo nestes exemplos retirados da pág 113 do livro, onde mais uma vez, conteúdos de extrema importância apenas aparecem no tópico/nota de rodapé “para saber mais”:

Para saber mais



Para saber mais sobre esses conceitos e conhecer alguns **conflitos étnicos**, consulte o livro *Diversidade étnica, conflitos regionais e direitos humanos*. Veja orientações na seção **Sugestões de leitura, filmes e sites**.

Etnia, povo, nação e população

A palavra **etnia** (do grego *éthnos*, 'povo') define um grupo humano que tem características culturais próprias. É possível distinguir uma etnia de outra com base em suas diferenças religiosas, linguísticas, de costumes e tradições. Em sentido antropológico, povo e etnia são sinônimos. Neste capítulo essas palavras são utilizadas com esse sentido. A palavra **povo**, entretanto, é sinônimo de **cidadãos** no sentido jurídico-político e refere-se à população que habita o território sob jurisdição de um Estado e tem um conjunto de direitos e deveres.

A palavra **população** define todos os habitantes de um território, independentemente de suas diferenças culturais e de terem ou não cidadania. População é um termo de conotação quantitativa, que inclui, por exemplo, os residentes estrangeiros não naturalizados.

A palavra **nação**, no sentido antropológico, também é muito usada como sinônimo de etnia ou povo. É comum a afirmação de que a União Soviética ou a Iugoslávia eram formadas por várias nações, etnias ou povos, assim como no Brasil se fala de nações, etnias ou povos indígenas.

Nação também pode ter uma conotação político-territorial e, como conceito jurídico-político, é sinônimo de **Estado**.

Quando uma nação (em sentido antropológico) ou etnia busca controlar um território e constituir-se como Estado, ou defende algum programa de autoafirmação de sua nacionalidade, está empenhada em um projeto político chamado **nacionalismo**. O nacionalismo pode assumir várias formas e originar-se de necessidades diversas. Por exemplo:

- Um grupo étnico que se sinta oprimido pode querer afirmar sua nacionalidade e tornar-se independente, criando um novo Estado, como fez a etnia tigrínia ao se separar da Etiópia e constituir a Eritreia (1993); ou como o povo basco vem tentando, sem sucesso, na Espanha; ou ainda como ocorre com os curdos, na Turquia.

Fotografia-01

Claramente, podemos perceber que a categoria Etnia é tratada pelo livro fora de um olhar crítico e racializado, isto também se configura em um apagamento histórico de tudo o que foi produzido anteriormente, sobre o conceito de Raça no mundo e no Brasil, como mecanismo de poder ao longo do desenvolvimento do sistema capitalista.

Ao explicar sobre o conceito de nacionalismo, os autores descrevem que, o mesmo, *“pode assumir diversas formas e originar-se de atitudes diversas. Por exemplo: Um grupo étnico que se sinta oprimido pode querer afirmar sua nacionalidade e tornar-se independente, criando um novo Estado...”*.

O mais perto de um pensamento crítico que eles chegam é quando afirmam que: *“Um Estado-nação pode querer impor seus valores (muitas vezes do grupo étnico dominante) ao conjunto dos cidadãos para sobreviver como unidade política...”*

Quando os autores dão um exemplo disto no contexto brasileiro fica evidente a predominância do discurso de “paraíso racial” propagado no início do século XX no Brasil, junto com o que os cientistas sociais nomeiam de “mito da democracia racial”.

Termo utilizado historicamente para sustentar a perspectiva de que o “problema” das etnias no país é oriundo de uma questão de classe, e não de um processo histórico de raça/racismo como produtor de diferença, uma vez que, no Brasil, nem mesmo seria necessário pensar na necessidade de que os grupos oprimidos criem estratégias para afirmar a sua nacionalidade e denunciar o processo de genocídio, vivenciado pela população negra e indígena, isto fica evidente no exemplo de nacionalismo que eles trazem sobre o povo Yawalapiti:



Os habitantes do Parque Indígena do Xingu (MT) pertencem a diferentes etnias e são culturalmente distintos da maioria da população brasileira. Apesar disso, não têm um projeto político de independência, visando a criação de um Estado próprio. Pode-se dizer que o Xingu é habitado por várias nações indígenas, mas, nesse caso, o termo *nação* tem uma conotação antropológica, é sinônimo de *etnia*. Na foto, crianças yawalapiti brincam à beira do rio Tuatuari, em Gaúcha do Norte (MT), 2013.

Podemos concluir que as questões sobre etnia são discutidas sem levar em consideração a história das relações raciais desenvolvidas no Brasil e suas estruturas de poder, como se as mesmas não existissem, falando sobre conceitos antropológicos a partir de uma perspectiva conservadora.

Reflexo do sistema escravista no ensino da geografia.

O módulo 1 do livro, fala sobre capitalismo e exploração do trabalho, e aborda o tema “escravidão no Brasil como sugestão de “Outras leituras importantes”, ou seja, apenas uma indicação que se configura no livro, praticamente como uma nota de rodapé, falando sobre a temática. Ratificando mais uma vez a ausência de uma abordagem crítica sobre relações étnico-raciais e o território brasileiro (pág 16).

Outras leituras



A escravidão no Brasil

Em 2008, a Lei da Abolição completou 120 anos. Essa lei, que se resumia a um único parágrafo, dizia estar extinta a escravidão no Brasil e revogava qualquer disposição em contrário. Entretanto, mais de cem anos depois, o Ministério do Trabalho divulgou, em 2003, o “Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo”, no qual afirmava (tendo por base os dados da Comissão Pastoral da Terra) que o Brasil possuía 25 mil pessoas trabalhando em situação análoga à escravidão. Afirma também que, no Brasil, “[...] a escravidão contemporânea manifesta-se na clandestinidade e é marcada pelo autoritarismo, corrupção, segregação social, racismo, clientelismo e desrespeito aos direitos humanos”. A existência atual da escravidão remete diretamente ao nosso passado escravista, pois, nos quase quatro séculos em que a escravidão no Brasil foi um negócio legal, base do nosso sistema social e econômico, ela definiu espaços sociais que hoje tentamos desconstruir, como o racismo, a cultura da violência, a má distribuição de renda e o desrespeito à cidadania. [...]

AMARAL, Sharyse Piroupo do. *História do negro no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação; Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2011. p. 10.

Fotografia-03

O texto que eles utilizam é do nosso programa de Pós-graduação, demonstrando o quanto este curso, assim como os trabalhos produzidos no mesmo, são um marco no que diz respeito à construção de uma visão crítica sobre as questões étnico-raciais no Brasil.

Imagens de contextos afro-brasileiros de maneira estereotipada.

Em partes, essas imagens aparecem de maneira estereotipada, sim. Porque apesar da gritante desigualdade social no Brasil, a população afrodescendente não deve estar “associada” apenas a fome, ou a desigualdade, somos mais que isso, somos produtores, inventores e intelectuais também. A cultura afro-brasileira, por exemplo, é riquíssima, e em nenhum momento o livro mostrou espaços de identidade afro geolocalizados,

como terreiros de candomblé, quilombos, associações de moradores, escolas comunitárias e galpões de escolas de samba.

Os autores mostram sim uma “realidade”, uma parte da realidade, uma visão, cujo o simbolismo é muito grande, pois mostra a condição de desigualdade que a população afrodescendente vive, condições de trabalho, de moradia, e de resistência como é o exemplo da marcha do orgulho crespo, considerando que nós não devemos “cair” nos “perigos da história única”, pois a realidade pode ser mostrada através de vários olhares. É evidente que a população afro-descendente não vive “apenas” na favela, existe um pequeno grupo que vive em condições de vida melhor, porém, uma grande parte dessa população vive em condições precárias, como veremos nas imagens a seguir:



Foto: Luciana Lopes

Submerdiadas no morro da Mineira, no Rio de Janeiro (RJ), em 2015. A falta de saneamento básico e outras necessidades de infraestrutura dificultam a melhoria nos indicadores socioeconômicos.

Digitada de Luciana Lopes

Fotografia- 04

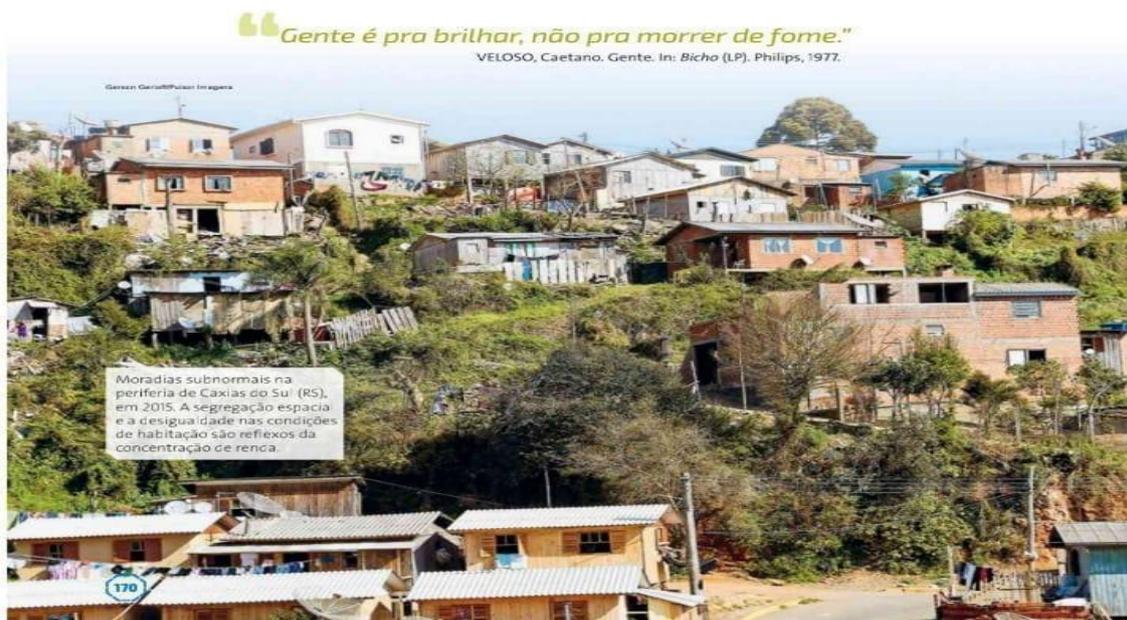


Catadores de lixo em Luziânia (GO), em 2014. A absoluta falta de renda degrada a condição humana. Algumas propostas que vêm sendo introduzidas nas esferas federal, estaduais e municipais como resposta a esse problema são programas assistenciais, como os de renda mínima, fornecimento de merenda e transporte escolar, aposentadoria rural, habitação e saúde, seguro-desemprego e outros, que garantem melhores condições de vida aos mais pobres e aos desempregados.

Foto: Luciana Lopes

Digitada de Luciana Lopes

Fotografia - 05



Fotografia -06

Diante do que foi dito até aqui, torna-se importante ressaltar a importância de conteúdos educacionais, que olhem para a construção geográfica do Brasil a partir de um ponto de vista descolonizado, compreendendo o cenário histórico racista, cujo, exemplo disso temos os mais de cem anos de escravidão, refletindo nos anos à frente, até chegar a contemporaneidade, onde, o sujeito negro permanece em condições subalternas, mas, não deve ser representado apenas a partir disto, uma vez que, a sua cultura, história e política permanecem vivas, sendo urgente, a produção de conteúdos educacionais que subvertem a lógica colonial do lugar de subalterno. (FANON, 1961)

REFERÊNCIAS.

ANGELA Y. D. Mulheres, Raça e Classe. Tradução do original em inglês Women, Race & Class (Nova York, Random House, 1981; Vintage, 1983).

DUSSEL, E. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, E.; CASTRO-GÓMEZ, Santiago. La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2000.

FANON, F.. Os condenados da terra. Trad. Enilce Rocha e Lucy Magalhães, Juiz de Fora: UFJF, 1961.

MOREIRA, J. C. Geografia Geral do Brasil: Geografia (Ensino Médio) I. Sene, Eustáquio de. II. Título. Espaço geográfico e globalização\ Ensino Médio\ João Carlos Moreira, Eustáquio de Sene. –3. ed. São Paulo: Scipione, 2016. Obra em 3 v

MEC.Ciências humanas e suas tecnologias. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 133 p. (Orientações curriculares para o ensino médio; volume 3)

MUNANGA, K. Negritude: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica. Acesso em: 30 abr. 2023. , 2009

QUIJANO,A.. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E., CASTRO-GÓMEZ, S.La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2000.

SANTOS, B.S. (2017), "Más allá de la imaginación política y de la teoría crítica eurocéntricas", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 114, 75-116.

SANTOS, M.. Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

THIESEN. J. S. Geografia escolar: dos conceitos essenciais às formas de abordagem no ensino.Revista Geografia Ensino & Pesquisa,v. 15, n.1, jan./abr. 2011. p. 83-94